

## **Desenvolvimento sustentável: paradoxos e contradições. Em busca de um design ecocêntrico**

*Sustainable development: paradoxes and contradictions. In search of a design ecocentric*

Dr. Eduardo Cardoso Braga<sup>1</sup>

desenvolvimento sustentável, design ecocêntrico, ecologia profunda

Trata-se de problematizar a expressão “desenvolvimento sustentável” e um tipo de “design ecológico” antropocêntrico que a ela se vincula. O conceito de desenvolvimento possui uma raiz econômica vinculado à idéia de progresso aliado à promoção de um bem-estar para o homem. É um conceito essencialmente antropocêntrico, pois toma o homem como fim e a Natureza como meio ou instrumento. O conceito de sustentável, ao contrário, tem raiz ecológica e está ligado aos movimentos ambientalistas contestatários. Trata-se de um conceito ecocêntrico. O conceito de desenvolvimento, herdeiro da noção de progresso, implica em movimento e acúmulo. Ao contrário, o conceito de sustentabilidade implica em ordem, que não é estática, mas dinâmica, porém essencialmente distributiva e contrária a qualquer tipo de acúmulo. O design ecológico deve tornar-se crítico e ecocêntrico para cumprir seu papel histórico de reconciliar homem e Natureza, preservando a vida em sua dinâmica como um valor em si.

*sustainable development, design ecocentric, deep ecology*

*This is to question the term “sustainable development”; and a type of anthropocentric “green design”; that binds it. The concept of economic development has a root attached to the idea of progress combined with the promotion of welfare for the man. It is a concept essentially anthropocentric, because as the man takes aim and nature as a means or instrument. The concept of sustainable development, in contrast, has roots and is linked to Eco-environmental movement radical. This is a concept ecocentric. The concept of development, heir to the notion of progress, results in movement and accumulation. Rather, the concept of sustainability means in order, that is not static, but dynamic, but essentially distributive and against any kind of accumulation. The Eco-design should become critical and ecocentric to fulfill its historical role to reconcile man and nature, preserving the dynamic life as a value in itself.*

### **1 Desenvolvimento sustentável: paradoxos e contradições**

Durante os anos 80 pudemos constatar uma crescente literatura sobre “desenvolvimento sustentável”, que procurava conciliar a flagrante contradição entre desenvolvimento econômico e preservação ambiental. Tratava-se de pensar uma combinação entre regulamentação estatal, reciclagem de resíduos e uma cooperação internacional, as quais poderiam, ao mesmo tempo, afastar a ameaça de interrupção do crescimento econômico e de degradação progressiva do meio ambiente (Brown 1981; Repetto 1985). Os promotores do desenvolvimento sustentável acreditam que a contradição entre o desenvolvimento econômico e a preservação do meio ambiente desaparecerá se houver uma mudança na produção industrial. O foco sobre o crescimento econômico como um fim desejável explica a recepção positiva às teorias dos promotores do desenvolvimento sustentável. O crescimento econômico nos países desenvolvidos passaria a ser sustentável se houvesse uma substituição das atividades industriais que necessitam intensamente de recursos da Natureza para uma indústria que necessite menos destes recursos. Assim, o desenvolvimento poderia continuar explorando uma dimensão menos material e mais informacional, utilizando energia menos poluente e mais

econômicas, além da melhoria de sua eficiência na utilização de materiais e recursos (Rees 1990). A virtualização dos serviços e a produção industrial de informação seriam importantes alicerces desse desenvolvimento sustentável. Ambientalistas, como Robert Paehlke, sugerem que as tecnologias desejáveis para um desenvolvimento sustentável seriam os computadores, telecomunicações e “todas as variedades de indústrias da informação” (Paehlke 1989, p. 108). Dessa forma, o desenvolvimento poderia continuar sem degradar a Natureza e o conseqüente bem-estar do homem permaneceria uma finalidade no seio de uma sociedade que continuaria a consumir.

O design tradicionalmente foi concebido como um processo de criação cujo fim é o bem-estar humano. O problema é o conceito de bem-estar. Ao longo do tempo, ele foi compreendido como consumo. As coisas são avaliadas então a partir de sua relação com o homem, compreendido como desprovido da possibilidade de sobreviver sem artefatos. Um homem que transforma-se numa máquina desejante de coisas que são produzidas a partir de uma Natureza compreendida como um recurso a ser explorado. A crise ambiental nas últimas décadas tem despertado as consciências para a necessidade de preservar a Natureza. Mas que Natureza deve ser preservada? A Natureza entendida como recurso natural para alimentar o consumo? Ou, a Natureza entendida como valor em si, *habitat* do homem que também é parte dela? O design também acompanha essa discussão. Que tipo de design pretendemos cultivar? O design que cria coisas, informações e serviços que alimentam o consumo e transformam o homem numa máquina desejante antropocêntrica? Ou, um design que cria coisas, informações e serviços que se relaciona não somente com o homem, mas também com os outros objetos, informações, serviços, ambiente e a própria Natureza compreendida como morada e ecossistema?

Existem diferentes interpretações do desenvolvimento sustentável, mas em seu sentido mais amplo é comum associá-lo a um processo de crescimento econômico sem destruição ambiental. Mas exatamente o que está sendo sustentado. O crescimento econômico ou o ecossistema global? Ou ambos? Seria isso possível? Estas questões são hoje a raiz de apaixonados debates. Vários teóricos acadêmicos defendem que a aparente reconciliação do crescimento econômico e o ambiente é simplesmente uma estratégia de *ecomarketing*, ou ecologia para propósitos comerciais, que não consegue resolver os verdadeiros problemas ambientais (Escobar 1995; Redclift 1987). Trata-se de “ambientalismo raso” (Alexander 1990) ou “ecologia superficial” (Naess 1973, 1984, 1989, 1998).

Sugerimos que a relação entre a expansão econômica e a preservação do meio ambiente continua fundamentalmente contraditória. Essa contradição é grave, dado que a expansão econômica impõe custos ao ambiente natural e social que acabará por ameaçar ou inviabilizar a própria expansão econômica em si. Schnaiberg (1975, 1980) refere-se a esse fenômeno como “dialética socioambiental”.

Existem três razões principais pelas quais o conflito entre o desenvolvimento econômico e preservação do meio ambiente não pode ser facilmente superado. A primeira razão é que a aposta na virtualização dos serviços e informatização da sociedade não têm eliminado o consumo intenso de bens e serviços. Ao contrário, ela tem intensificado esse consumo por meio de plataformas que facilitam o comércio em escala global. Ela também tem gerado uma enorme quantidade de resíduos sólidos altamente poluentes. Ela engendra um excesso de informação que muitos autores consideram como uma poluição de natureza imaterial e informacional (Manzini 1991). A segunda razão consiste em que a necessária cooperação internacional para a implantação do desenvolvimento sustentável esbarra em questões de competitividade comercial, a qual está intimamente ligada aos recursos naturais disponíveis em cada nação compreendida como soberania com jurisdição própria. A terceira razão é de ordem conceitual, mas que reflete as práticas políticas. Desenvolvimento é um conceito de raiz econômica, ligado historicamente à idéia de progresso. Trata-se de um conceito antropocêntrico. Sustentável é um conceito de raiz ecológica, ligado historicamente aos movimentos ambientalistas. Trata-se de um conceito ecocêntrico. Como unir estes dois conceitos em um termo sem contradição? Certamente, o conceito de desenvolvimento tem que ser alterado radicalmente para que possa ser acoplado ao de sustentável. Entretanto, não é isso o que parece estar sendo veiculado pelos discursos dos promotores do desenvolvimento sustentável. Ao contrário, o conceito de sustentável é que está sendo associado a uma matriz econômica, acrílica e antropocêntrica. A perda nesse caso é desastrosa. É necessário devolver

ao conceito de sustentável sua dimensão crítica, ecocêntrica e ecológica, ou seja, uma ordem dinâmica que preserva a vida como valor em si.

A expressão “desenvolvimento sustentável” possui uma nítida contradição em seus próprios termos, que foi dissolvida num uso midiático com claro objetivo de *marketing* sem nenhum sentido crítico. O termo desenvolvimento, em sua construção histórica, tem claros vínculos arqueológicos com a noção de progresso. Ele foi elaborado num quadro teórico no qual se compreendia a Natureza como recurso inesgotável. Trata-se de um termo de matriz econômica, ou antropocêntrico, na medida em que todos os fins são para o bem-estar humano e a Natureza torna-se apenas um meio para atingir esses fins. Já o termo sustentável foi concebido num enquadramento ecológico. Trata-se de um termo de matriz ética, ambientalista e ecocêntrico, na medida em que a Natureza é concebida enquanto ordem que possui um valor em si, independente do homem. Em outros termos, a Natureza não é compreendida como um instrumento, mas um fim em si mesma. Como afirma Arne Naess (1984, p. 266): “o bem-estar da vida não-humanas sobre a Terra tem um valor em si mesmo. Este valor é independente de toda utilidade instrumental para atingir qualquer objetivo humano”. Nesse contexto, **o conceito de sustentabilidade deve ser definido como: a capacidade de um sistema de manter um fluxo contínuo para satisfazer as necessidades de cada parte desse sistema na manutenção de uma existência saudável** (Button, 1988). Eliminar a tensão existente entre os termos “desenvolvimento” e “sustentável” é transformar o potencial crítico e a dimensão ética do termo “sustentável” em mais um instrumento alimentador do consumo e destruidor da ordem natural. Atingir o sustentável é mudar de paradigma. É transformar uma relação antropocêntrica com a Natureza, numa relação ecocêntrica com a Natureza. Tradicionalmente o termo “desenvolvimento” possui uma relação arqueológica como o termo “progresso”.

Já contamos com 200 anos de industrialização no Primeiro Mundo e 50 anos de “desenvolvimento” nos países emergentes e podemos constatar que os benefícios advindos do grande projeto de progresso e modernização possuem alguns equívocos. A despeito dos grandes avanços na ciência, tecnologia, medicina e produção agrícola, a promessa que o “desenvolvimento” erradicaria a pobreza no Terceiro Mundo<sup>1</sup> e nos países emergentes não foi cumprida.

O Progresso veio com um preço: aquecimento global, depleção da camada de ozônio, diminuição da biodiversidade, erosão do solo, poluição do ar e da água. Todos são graves problemas cujo impacto é significativamente mais nocivo nos países emergentes, do Terceiro Mundo e para as populações que derivam sua subsistência dos frutos da terra. Surgem assim as discussões sobre os problemas do conflito entre nações desenvolvidas e nações emergentes na dívida ecológica global. O fato marcante é que apenas vinte por cento da população do mundo consome os oitenta por cento dos recursos mundiais. Ou seja, a destruição ambiental se dá marcadamente pelo consumo excessivo realizado pelos países ricos. Isso conduz o design ecológico para uma dimensão ética e política numa perspectiva global. Gui Bonsiepe (1992) tem apontado para essa questão, importante para o design, ao assinalar a profunda injustiça implicada por isso. Serão os países do Terceiro Mundo que arcarão com os principais custos da preservação ecológica. Gui Bonsiepe (1992) enfatiza a necessidade do design abranger uma dimensão política, na medida em que sua efetivação necessita de um novo paradigma para o projeto industrial com nova atitude em relação ao processo consumista.

O conceito de desenvolvimento no paradigma econômico não passa de um sinônimo do velho conceito de progresso, desenvolvido a partir da ciência moderna com o claro objeto de dominar a Natureza. Isto contrasta claramente com o conceito de sustentável, o qual se enquadra numa dimensão ecocêntrica com o imperativo ético do dever de preservar a Natureza. Que design pretendemos desenvolver? Um design orientado antropocentricamente, ou um design orientado ecocentricamente? Um design ligado ao progresso que aliena o homem de sua dimensão natural, ou um design que restabelece a harmonia entre homem e Natureza? O desenvolvimento está intimamente ligado à idéia de progresso, a qual implica em acúmulo e perfectibilidade infinita, bem como uma concepção de Natureza como recurso inesgotável.

## 2 Progresso: arqueologia de um conceito antropocêntrico

No final do século XVI e inícios do século XVII surge a consciência e constatação do aumento considerável dos conhecimentos, cada vez mais precisos e de aplicação prática eficiente. É essa consciência que engendra a doutrina do progresso. Francis Bacon (1561–1626) constata então que o aumento de conhecimentos significa um aumento de poder do homem sobre a Natureza. A palavra “progresso” aparece na França durante o segundo terço do século XVI. Ela é derivada do verbo latino *progredior* que significava “andar em frente” e iria designar o caminho do homem com ou sem uma meta. Bacon (1991) vai alterar o sentido espacial da palavra progresso para um sentido de dimensão temporal, mais precisamente um tempo linear essencialmente cumulativo. Assim, avançar no espaço se transforma em um processo temporal de desenvolvimento e melhoria. Bacon, ao conceber o processo de aprimoramento do conhecimento<sup>2</sup> como um movimento de natureza contínua e acumulativa, tornou-se a origem do conceito moderno de progresso (Lecourt 1997, p.17). No século XVII, esta visão iria criar raízes e frutos, concebendo toda a humanidade com um único homem que cresce ao aumentar seu conhecimento e simultaneamente melhora sua dimensão moral. O progresso científico e tecnológico determina então como uma lei o progresso moral e espiritual da humanidade. Este será um lema fundamental do Iluminismo do século XVIII e do positivismo do XIX, ou seja, a concepção da ciência e da tecnologia como progresso contínuo por acúmulo e a associação deste progresso com o aprimoramento moral da humanidade.

Os projetos políticos da modernidade, tal como se configuraram e tomaram consistência do século XVI ao XIX, tiveram como finalidade atingir o progresso. Tanto o liberalismo como o socialismo e anarquismo estão fundados no pressuposto da perfectibilidade, a qual se torna o dogma do aperfeiçoamento sem fim da humanidade. Não podemos deixar de lembrar que existe um certo conceito de design que o concebe como a criação de artefatos que preenchem uma desproteção original do homem em relação à Natureza. Assim, a roupa substitui a falta de pelos, protegendo o homem do frio. Essa concepção é claramente fundada no conceito de perfectibilidade, inscrito na natureza humana, mas que seu desenvolvimento conduz o homem, paradoxalmente, a tornar-se senhor e distante dessa mesma Natureza<sup>3</sup>. Rousseau já no século XVIII havia feito da perfectibilidade uma das características que diferencia o homem do animal. A faculdade de se aperfeiçoar é uma das características essenciais do homem:

faculdade que com o auxílio das circunstâncias desenvolve sucessivamente todas as outras e reside entre nós, tanto na espécie quanto no indivíduo ao passo que o animal é, depois de alguns meses, o mesmo que se tornará por toda a vida... (Rousseau 2005, p. 61).

Os projetos políticos nacionalistas iniciados no século XIX tinham como um dos seus principais ideais a modernização da sociedade, concebendo o Estado como o principal responsável por realizar esse ideal na prática. O imperialismo colonial se apresentou como ideologia em sua missão universal de levar o progresso para os povos menos desenvolvidos. Tratava-se de uma missão dos povos “esclarecidos”, ou das “raças superiores”, de levar às populações, ou às “raças” ditas inferiores, os meios de subir na escala da “civilização”. Mesmo os tradicionalistas e contra-revolucionários, ou seja, antimodernos, que contestavam os ídolos da Democracia ou da República, reivindicavam a restauração da monarquia e pensavam tratar-se de um “progresso” em face da “desordem” na qual se encontravam as sociedades democráticas. No século XX, o fascismo italiano retomou a chama do nacionalismo modernizador e unificante, militarizando-o. O nacional-socialismo divulgou com grande alarde uma política machista de puro poder, apoiada num programa de expansão e dominação, com sua utopia de fabricação de um super-homem, embalada pelas maravilhas da ciência aplicada e da técnica. O comunismo stalinista pretendeu criar o homem-novo, exaltando a marcha ascendente da humanidade “progressista”, a espécie nova de trabalhadores e de produtores, em direção a uma sociedade sem classes, unificada, pacificada, justa e feliz.

A ideologia do progresso se alastrou pela Europa e nas regiões ocidentalizadas do mundo durante o século XIX conquistando mentes, discursos e sonhos. Ele é, ao mesmo tempo, conceito, sonho e afeto. Em 1842 a palavra “conforto” (*confort*) é definida, de uma forma bem próxima do sentido contemporâneo, como: “bem-estar material, facilidade da vida”<sup>4</sup> (Le Goff 1994, p.47). Proudhon (2002), em sua obra “Filosofia do Progresso” de 1853, considerava o progresso como a circulação das idéias, como um processo, um movimento natural, espontâneo, vital, irresistível e indestrutível. Portanto, a negação de qualquer forma imutável, qualquer doutrina que afirma a eternidade. Este conceito de progresso enquanto movimento de produção do novo, moldou toda uma concepção de arte e design funcional que glorifica esse novo e repudia o obsoleto, caracterizada pela frase paradoxal de Harold Rosenberg: “a tradição do novo”. O culto moderno ao novo gerou contradições, pois, “o novo não pode tornar-se

tradição sem dar lugar a contradições singulares, mitos, disparates – criativos, mesmo, amiúde” (Rosenberg 1974, p. XV).

O mito do novo como paradigma estético e a concepção de bem-estar como facilidades da vida, ou seja, ausência de esforço físico e intelectual aliada ao conceito de compensação pelas falhas biológicas formam os alicerces de uma concepção de design como expressão do progresso. Essa concepção torna-se o paradigma do funcionalismo que concebe a Natureza como uma fonte de recursos inesgotáveis para satisfazer o homem e alimentar um progresso sem fim.

No Brasil e países hoje chamados de emergentes, a ideologia do desenvolvimento e seu corolário que é a industrialização nos moldes do Primeiro Mundo tomaram impulsos decisivos no pós-guerra. A ideologia nacional-desenvolvimentista estava associada a uma esperança e promessa de fim da miséria e acesso aos bens e serviços pela maioria da população. Entretanto, de fato, o que se gerou foi uma polarização intensa e crescente ao longo da história entre riqueza, poder e acesso ao conhecimento nas mãos de poucos, e a miséria, ignorância e marginalidade de muitos. Hoje, a maioria da população mundial, que vive de fato nos países de Terceiro Mundo, passa pela dura experiência das promessas não cumpridas da ideologia desenvolvimentista. A brutalidade das políticas em favor do desenvolvimento, as quais desprezam as éticas e verdadeiras relações do homem com a Natureza, reduziram todos os valores a conceitos de mercado, provocando um movimento da vanguarda social em direção à utopia perdida e a busca de uma nova relação com o ambiente.

A idéia de progresso tem sido um dogma fundamental na modernidade. Ela propagou um otimismo técnico e uma fé na ciência como capaz de resolver qualquer tipo de problema. Inúmeros discursos, argumentos e filosofias endossaram esta mitificação. Todos os profetas do mundo moderno foram em maior ou menor grau sectários da “religião do progresso”. Naturalmente trata-se de mitificação barata e ideologia no sentido de falsa consciência. Podemos constatar nas últimas décadas do século XX um claro movimento em direção à crítica das políticas desenvolvimentistas. Críticas que possuem um tom cinzento, dada sua convivência com catástrofes ecológicas, epidemias perigosas surgidas devido ao uso maciço de antibióticos nas criações de animais para abate. Esses animais são a expressão clara do total desrespeito à vida. Tratados como objetos comerciais, vivem em condições de sofrimento inimagináveis (Singer 1975; Patterson 2008). Além destas crises ecológicas, também presenciamos ditaduras sangrentas que insistem em permanecerem sobre o planeta, desrespeitando os direitos humanos e conseqüentemente a vida.

A idéia de progresso parece ter atingido seu declínio final. A ilusão Iluminista de uma necessária relação entre progresso tecnocientífico e progresso moral-ético tornou-se nos dias de hoje mais que uma evidência. Despojada de seus principais atributos: linearidade, progressividade, necessidade, irreversibilidade, univocidade; a idéia de progresso tornou-se uma palavra vazia, mas com um som, ainda fartamente pronunciado nos discursos políticos, especialmente nos países de Terceiro Mundo e emergentes.

O culto do progresso e a fé num futuro otimista, imaginado como sendo a soma de todos os progressos possíveis, são os dois pilares da modernidade industrial. Trata-se de uma verdadeira herança do Iluminismo, talvez a mais característica. O Iluminismo e o progresso são de tal forma logicamente e mitologicamente inseparáveis que a crise de um implica necessariamente a crise do outro. O imaginário do futuro foi alimentado pela fé no progresso geral, necessário, contínuo e indefinido, o qual opera um encantamento do tempo no mesmo momento que surge um desencantamento do mundo sob o impacto da racionalidade instrumental tecnocientífica. A ideologia do desenvolvimento, essencialmente econômica, tem na idéia de progresso sua raiz e atualização. Essa ideologia é inseparável de uma visão instrumental da Natureza entendida como recurso inesgotável que alimenta uma sociedade baseada num consumismo acumulativo cujo futuro ameaça a vida, como um todo, no planeta.

### **3 À guisa de conclusão: por um design ecocêntrico**

Um design ecocêntrico deve ser concebido como um discurso que estabelece uma relação entre o homem e o mundo; não importando se esse discurso se materializa por meio de objetos, informações, imagens ou formas de comunicação em geral. Trata-se de pensar o

design em seu aspecto ontológico, como uma força que relaciona sujeito e objeto e nessa relação desvela modalidades do Ser.

O design ecocêntrico é essencialmente crítico e ético. A tentativa de praticar um design ecológico mais profundo esbarra em práticas e ideologias existentes, as quais são refratárias à mudança nos padrões de consumo da sociedade. Devido a isso, o design ecológico se direciona para um novo patamar crítico, aproximando-se de movimentos políticos. O design ecocêntrico implica necessariamente em mudança de estilo de vida, cuja adoção é contrária ao atual modelo global de desenvolvimento (Fry, 1994). Gui Bonsiepe (1992) enfatiza a necessidade do design abranger uma dimensão política, na medida em que sua efetivação necessita de um novo paradigma para o projeto industrial com nova atitude em relação ao processo consumista.

O novo design ecológico expressa-se fundamentalmente como um design de ação crítica, buscando um novo paradigma de produção como desafio à sociedade industrial e superação da crise ecológica atual. Trata-se de pensar o homem não mais na perspectiva dominante de um consumidor com valor econômico e social; mas como um Ser no mundo definido por um tipo de relação ética com esse mundo. A ética ambiental somente pode ser definida em antagonismo com a concepção instrumental da Natureza, tanto naquela traduzida pela indiferença pelos problemas ecológicos, como pela única perspectiva de uma gestão do meio natural conforme a axiomática do interesse de poucos. Uma ética ambiental não é uma ética para o uso do ambiente (Rolston III 1988). A ética ambiental requer, além dos deveres do homem em relação à Natureza, também a instauração de um novo modo de relação do homem com a Natureza (Callicott 1989). O Bem pode ser definido então com aquilo que favorece a vida, ou seja, uma coisa é boa quando ela preserva a integridade, a estabilidade e a beleza de uma comunidade biótica. Ela é um Mal quando age ao contrário.

Os adeptos da chamada ecologia profunda criticam as práticas ecológicas reformistas porque elas apenas adiam a inevitável catástrofe (Zimmerman 1998). Segundo eles, é preciso atacar as causas mais profundas da crise ambiental, às quais residem no caráter radicalmente antropocêntrico da cultura ocidental. Como assinala Heidegger (1997), este antropocentrismo representa todos os entes não humanos como matéria-prima útil aos projetos humanos. Assim, será necessário que a humanidade ultrapasse essa posição antropocêntrica para atingir uma posição igualitária e ecocêntrica, única forma de evitar-se a catástrofe ambiental. Apenas aprendendo a amar, habitar e respeitar todas as coisas, que não unicamente as humanas, poderá a humanidade desenvolver tecnologias alternativas e modos de vida mais simples que são necessários à preservação do planeta face às horrendas conseqüências do crescimento incontrolado da população e do desenfreado consumismo sempre repostos (Zimmerman 1998).

O novo design ecocêntrico enfatiza a absoluta necessidade de uma ética ambiental que não se manifesta em projetos cujo fim é somente uma racionalização para um melhor uso dos recursos naturais. Além dos deveres do homem em relação à Natureza, essa ética visa a contribuir para a instauração de um novo modo de relação homem e Natureza. É preciso pensar e construir esse design comprometido para que a vida possa continuar a florescer.

Estabelecer o princípio ético ecocêntrico no campo do design é chamá-lo para um papel histórico e revolucionário (Papanek 1983, 1995, 2007). Vilanova Artigas (1975), em sua aula inaugural da FAU-USP, investiga o conceito de design e aponta a importância histórica de uma atividade que poderia reconciliar a técnica e a arte, o homem e a natureza, o ser-social e a justiça. Em nossa atual crise ambiental, a natureza como valor intrínseco fundamenta uma ética ambiental na qual o design pode inspirar-se como princípio de suas práticas. Princípio enquanto origem (*arché*) da inspiração e enquanto guia para uma ética do dever (Jonas 1990). Princípio de uma profissão, um fazer, uma *poiesis*, que pode desempenhar um importante papel histórico na renovação do homem, na instauração de uma relação menos alienante com os objetos, na construção de um mercado mais racional e na preservação de uma Natureza na qual o homem, com seus objetos e signos, se dissolve como uma de suas partes integrantes. Os designers, assim como os atores políticos, econômicos e sociais, devem ser responsáveis e aceitar os desafios históricos que enfrentaremos num futuro bem próximo.

## Notas

- 1 Evidentemente que existe um Terceiro Mundo no interior do Primeiro Mundo e vice-versa. Entretanto, a presença de grandes bolsões de pobreza é muito maior nos países do Terceiro Mundo e nos emergentes. Como diz Caetano Veloso em sua feliz expressão da condição brasileira: "O Haiti é aqui o Haiti não é aqui..."
- 2 Bacon usará o termo *progressus Scientiarum* para conceber a ciência como um progresso no tempo por meio de um acúmulo de conhecimentos.
- 3 Notáveis a esse respeito são os dois Discursos de Rousseau (1997; 2005) escritos em pleno século XVIII, ou seja, em pleno Iluminismo. No Primeiro Discurso (1997), Rousseau questiona a associação entre progresso científico e necessário progresso moral, posicionando-se então de forma contrária a um dos principais pressupostos do Iluminismo. No Segundo Discurso, Rousseau aponta a perfectibilidade, presente na natureza humana, o amor-próprio e a instituição da propriedade como os fatores que conduziram o homem a um total afastamento em relação à Natureza.
- 4 "bien-être matériel, aisances de la vie".

## Referências

- Alexander, Don. (1990). "Left ecology, deep ecology and shallow environmentalism." *Canadian Dimension* 24(1): 16-18.
- Artigas, Vilanova. (1975). "Aula inaugural pronunciada na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP em 1 de março de 1967". *Reedição da publicação do Centro de Estudos Brasileiros do Grêmio da FAU-USP*, 1975.
- Bacon, Francis. (1991). *Du progrès et de la promotion des savoirs*, tr. fr., avant-propos et notes par Michèle Le Dœuff. Paris: Gallimard.
- Banerjee, Subhabrata B. (2003). "Who Sustains Whose Development? Sustainable Development and the Reinvention of Nature". *Organization Studies*, 2003; no. 24; pp. 143-180.
- Bonsiepe, Gui. (1992). "North/South Environment, Design". In: InCA, *San Francisco Chapter of the Industrial Designers Society of América*, August: 14-15, pp. 08-93.
- Braga, Eduardo C. (2008). "Questões de Ética: Relações entre o Design e a Ecologia Profunda". In: *Anais do 8º Congresso Brasileiro de Pesquisa e Desenvolvimento em Design* 8 a 11 de outubro de 2008, São Paulo – SP Brasil.
- Brown, Lester. (1981). *Building a Sustainable Society*. New York: Norton.
- Button, John. (1988). *Dictionary of Green Ideas*. New York: Routledge.
- Callicott, J. Baird. (1989). *In Defense of the Land Ethic. Essays in Environmental Philosophy*. Albany: University of New York Press.
- Canguilhem, Georges. (1987). « La décadence de l'idée de progrès », *Revue de Métaphysique et de Morale*, 92e année, n° 4, octobre-décembre 1987, p. 437-454.
- Escobar, Arturo. (1995). *Encountering development: The making and unmaking of the Third World, 1945-1992*. Princeton: Princeton University Press.
- Fry, Tony. (1994). *Remarking. Ecology Design. Philosophy*. Sydney: Envirobook.
- Heidegger, Martin. "A questão da técnica". In: *Cadernos de Tradução*, numero 2. Tradução de Marco Aurélio Werle. São Paulo: Departamento de Filosofia – USP.
- Husserl, Edmund. (1982). *L'Idée de progrès*. Paris: Vrin.
- Jonas, Hans. (1990). *Le principe responsabilité. Une éthique pour la civilisation technologique*. Paris: Cerf.
- Lasch, Christopher. (1991). *The True and Only Heaven : Progress and Its Critics*. New York et Londres: W.W. Norton & Company.
- Lecourt, Dominique. (1997). *L'Avenir du progrès*. Paris: Textuel, 1997.
- Le Goff, Olivier. (1994). *L'Invention du confort. Naissance d'une forme sociale*. Lyon: Press Universitaire de Lyon.
- Maldonado, Tomas. (1990). *Cultura, democrazia, ambiente*. Milan: Feltrinelli.
- Manzini, Ezio. (1991). "Prométhée au quotidien. Écologie de l'artificiel et responsabilité du designer". *Informel: Prométhée éclairé III. Étique, technique et responsabilité professionnelle en design*, Vol 4/2, 1991. Montreal: École de design industriel de l'Université de Montreal.

- Miles, Ian & Irvinel, John (eds). (1982). *The Poverty of Progress : Changing Ways of Life in Industrial Societies*. Oxford: Pergamon Press.
- Naess, Arne .(1973). "The Shallow and the Deep, Long-Range Ecology Movement". *Inquiry* 16, pp. 95-100.
- Naess, Arne. (1984). "A Defence of the Deep Ecology Movement". In: *Environmental Ethics*, Vo1.6, No.4.
- Naess, Arne & Rothenberg, David. (1989). *Ecology, Community and Lifestyle*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Naess, Arne. "The deep ecological movement: some philosophical aspects". In: Zimmerman, Michael (org). (1998). *Environmental Philosophy: from animal rights to radical ecology*. New Jersey: Prentice Hall.
- Offe, Claus. (1984). *Contradictions of the Welfare State*. Cambridge MA: MIT Press.
- Paehlke, Robert. (1989). *Environmentalism and the Future of Progressive Politics*. New Haven: Yale University Press.
- Papanek, Victor. (1983). *Design for Human Scale*. New York: Van Nostrand Reinhold.
- Papanek, Victor. (1995). *The Green Imperative: Natural Design for the Real World*. New York: Thames and Hudson.
- Papanek, Victor. (2007). *Arquitetura e Design – Ecologia e Ética*. Lisboa: Edições 70.
- Patterson, Charles. (2008). *Un éternel Treblinka: dès abattoirs aux camps de la mort*. Paris: Calmann-Lévy.
- Proudhon, Pierre Joseph. (2002). *Philosophie du progrès*. Boston: Adamant Media Corporation.
- Redclift, Michael. (1987). *Sustainable Development: Exploring the Contradictions*. London and New York: Methuen.
- Rees, William. (1990). "The ecology of sustainable development." *The Ecologist* 20(1): 18-23.
- Repetto, Robert, ed. (1985). *The Global Possible*. New Haven: Yale University Press.
- Rolston III, Holmes. (1988). *Environmental Ethics. Duties to and Values in the Natural World*. Philadelphia: Temple University Press.
- Rosenberg, Harold. (1974). *A tradição do novo*. São Paulo: Editora Perspectiva.
- Rousseau, Jean-Jacques. (1996). *Discurso sobre las Ciencias y las Artes*. Valência: Universidad Valencia.
- Rousseau, Jean-Jacques. (2005). *Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens*. São Paulo: Martins Fontes.
- Singer, Peter. (1975). *Animal Liberation. A New Ethic for Our Treatment of Animals*. New York: Review-Random Press.
- Schnaiberg, Allan. (1975). "Social syntheses of the societal-environmental dialectic: The role of distributional impacts." *Social Science Quarterly* 56(1): 5-20.
- Taguieff, Pierre-André. (2001). *Du progrès. Biographie d'une utopie moderne*. Paris: Libro.
- Zimmerman, Michael (org). (1998). *Environmental Philosophy: from animal rights to radical ecology*. New Jersey: Prentice Hall.

---

<sup>1</sup> Centro Universitário SENAC, Brasil, <eduardo.cbraga@sp.senac.br>